

Qatar cobra acordos para investir mais

Por Daniel Rittner | De Brasília

Com seis fundos soberanos à disposição, o Qatar está disposto a ampliar investimentos no Brasil e tem projetos de infraestrutura no radar, mas aponta o desinteresse do governo brasileiro em negociar tratados bilaterais como empecilho para um avanço mais consistente do emirado no país.

Dois acordos - um contra a dupla tributação de empresas e outro com o objetivo de proteger investidores - são considerados peças-chave para o aumento do fluxo de petrodólares qatarienses. No entanto, Brasília não tem dado suficiente atenção ao assunto, conforme diz o embaixador Mohammed Al-Hayki.

"Muitos perguntam por que não fazemos mais investimentos", relata o principal representante de Doha no Brasil, em referência ao papel cada vez maior do país de 2,6 milhões de habitantes na economia global. "Nossas mãos estão um pouco atadas pela falta de acordos",

lamenta.

A carteira já foi aberta para uma série de apostas: a Qatar Airways é dona de 10% da Latam, a Qatar Holdings tem participação minoritária (em torno de 3%) no Santander Brasil, a Qatar Petroleum faz parte (25%) do consórcio que arrematou o bloco Alto de Cabo Frio Oeste na terceira rodada do pré-sal e comprou 23% do projeto de águas profundas Parque das Conchas, na Bacia de Campos, operado pela Shell.

O estoque de investimento direto no Brasil chega a US\$ 5 bilhões, mas não impressiona tanto perto da ofensiva em outros mercados, que incluem as aquisições da rede britânica de supermercados Sainsbury's, da tradicional varejista Harrods e do clube francês Paris Saint-Germain, além de fatias menores da petroleira russa Rosneft e da empresa aérea Cathay Pacific.

As observações do embaixador sobre a importância dos tratados bilaterais ocorre em meio à ofensiva do governo brasileiro para divulgar projetos de infraestrutura no exterior.

Ministros como Moreira Franco (Secretaria-Geral), Dyogo de Oliveira (Planejamento) e Maurício Quintella (Transportes) estão em Nova York para divulgar o programa de concessões e privatizações.

No caso do acordo de bitributação, que busca evitar a dupla cobrança de impostos (onde as receitas da empresa foram geradas e para onde são remetidas), teria faltado empenho do lado de cá. "Demonstramos interesse diversas vezes e não houve reciprocidade", diz Al-Hayki. O Brasil tem 34 acordos do tipo em vigência, segundo a Receita Federal.

O Qatar também quer um tratado de proteção de investimentos, nos moldes daqueles firmados por países ricos e pelo próprio governo brasileiro nos anos 90, mas jamais aprovados pelo Congresso Nacional por terem cláusulas supostamente muito favoráveis às empresas. "Sabemos que são um tabu por aqui."

Para o embaixador, a alternativa apresentada por Brasília não é suficiente para Doha: um acordo de





cooperação e facilitação de investimentos (ACFI), com cláusulas mais suaves do que o modelo tradicional e foco na prevenção de conflitos. É um entendimento proposto pelo Brasil a diversos parceiros - especialmente países africanos e latino-americanos - no governo da ex-presidente Dilma Rousseff e que continua como referência ao Itamaraty.

Apesar das ponderações, Al-Hayki reconhece que "houve melhorias" no ambiente de negócios e macroeconômico no Brasil. Ele ainda espera uma viagem do presidente Michel Temer ao Qatar e lembra a visita de Dilma, em 2014, como importante para garantir o fornecimento de gás a um projeto de R\$ 4,3 bilhões que está sendo instalado em Sergipe.

A usina térmica erguida pelas Centrais Elétricas de Sergipe (Celse), com capacidade para gerar 1,5 mil megawatts (MW) negociados em um leilão A-5, vai ser abastecida com gás natural liquefeito (GNL) da Qatar Petroleum no primeiro terminal privado da costa brasileira. Até agora, a conversão do GNL só era feita em terminais contratados pela

Petrobras.

O Qatar fornecerá anualmente 1,3 milhão de toneladas de gás, por um período de 25 anos, a partir de 2020. Cada navio carregado com o insumo traz combustível suficiente para o funcionamento do complexo, em tempo integral, por 17 dias. Existe a possibilidade de replicar esse tipo de fornecimento, segundo o embaixador, para outros projetos no Brasil. Ele tem se reunido com dirigentes da estatal paranaense Copel para oferecer o gás do Qatar como opção.

Maior fornecedor de GNL do mundo, o emirado deve aumentar em 30% sua produção anual, que hoje é de 77 milhões de toneladas. Graças à demanda de países europeus e asiáticos, não faltam clientes para esse acréscimo, mas o Brasil é um "país amigo" e especialmente bem visto pelo Qatar, enfatiza o embaixador.

No setor aéreo, Al-Hayki diz que a Qatar Airways iniciará no segundo semestre voos diretos na rota Doha-Rio-Santiago. Já existe uma frequência diária Doha-São Paulo-Buenos Aires.

Déficit da Seguridade Social atinge 4,4% do PIB

Por Fábio Pupo | De Brasília

mesma comparação).

A Seguridade Social registrou déficit de R\$ 292,4 bilhões em 2017, equivalente a 4,4% do Produto Interno Bruto (PIB). O valor representa avanço nominal de 13% em relação a um ano antes, quando as despesas superaram as receitas em R\$ 258,7 bilhões (em valores correntes), ou 4,1% do PIB.

Segundo o secretário do Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, George Soares, os dados mostram que a despesa é o maior problema. O déficit é decorrente de receitas de R\$ 657,9 bilhões (avanço nominal de 7,3% contra um ano antes) e despesas de R\$ 950,3 bilhões (alta de 9% na

O resultado negativo de 2017 é recorde tanto em valores brutos como em percentual do PIB. O déficit tem se ampliado nos últimos anos ao passar de 1,6% do PIB em 2006 para os 4,4% registrados no ano passado. " Há um aumento consistente", disse o secretário.

A Seguridade Social representa um conjunto de ações destinadas à saúde, Previdência Social e assistência social. A maior despesa é com os benefícios do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Os gastos totais da Seguridade representam 14,4% do PIB, enquanto esses benefícios respondem por 8,5 pontos percentuais do total.

Seguridade fecha 2017 com rombo recorde de R\$ 292,4 bi

Déficit das áreas de Saúde, Previdência e Assistência Social cresce 13%

BÁRBARA NASCIMENTO

BRASÍLIA- O rombo nas contas na Seguridade Social atingiu R\$ 292,4 bilhões (ou 4,4% do Produto Interno Bruto) em 2017. Segundo dados do Ministério do Planejamento divulgados ontem, o déficit é o maior da História e representa um crescimento nominal de 13% em relação ao apresentado em 2016. O número inclui o resultado das áreas de Saúde, Previdência e Assistência Social.

As receitas da seguridade somaram R\$ 657,9 bilhões no ano passado. A quase totalidade da arrecadação veio de contribuições sociais, como a previdenciária, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Cofins e o PIS/Pasep. Já as despesas totalizaram R\$ 950,3 bilhões.

Integram os gastos da seguridade as aposentadorias do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e de servidores públicos, além do Benefício de Prestação Continuada (BPC), o abono salarial, o seguro-desemprego e o Bolsa Família. Juntos, eles representam a principal fatia dos desembolsos da Seguridade e significam 84% do total.

Além disso, também estão na lista as despesas de custeio e capital da Saúde, da Assistência Social e da Previdência (13,5% do gasto) e o salário de todos os servidores ativos dos órgãos dessas áreas (2,5%). — As receitas crescem mais ou menos na mesma proporção do PIB. O que pesa mesmo é a despesa — apontou o secretário de Orçamento Federal, George Soares.

DESACELERAÇÃO

Apesar de ter atingido um patamar recorde, o déficit da seguridade social desacelerou em relação ao ano passado. De 2015 para 2016, o rombo havia saltado 55,4%. O secretário explicou que o avanço foi menor em 2017 porque as receitas cresceram, influenciadas pela retomada da atividade econômica. A arrecadação da seguridade cresceu 7,2% de 2016 para 2017.

Além disso, um crescimento menor do salário mínimo conteve, em parte, a alta dos benefícios previdenciários. Soares ainda rebateu argumentos divulgados no último ano por críticos da reforma da Previdência, de que os recursos da Seguridade seriam suficientes para cobrir o rombo previdenciário.

Ele ressaltou que as receitas que entram nessa rubrica têm de cobrir não só as aposentadorias, mas a

Saúde e todos os programas de assistência social, além do custeio dessas áreas: — A seguridade não é só a Previdência, a Constituição diz isso. O secretário afirmou que, com o avanço das despesas previdenciárias, a margem do governo para gastar com Saúde tem ficado cada vez mais limitada ao mínimo constitucional.

Sem a reforma da Previdência, destacou Soares, os gastos com aposentadorias continuarão avançando sobre o Orçamento. O governo adiou a votação da proposta de emenda constitucional (PEC) da reforma da Previdência no Congresso após a decisão de decretar intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro. A Constituição veda que qualquer PEC seja votada enquanto vigorar a intervenção.

TRAMITAÇÃO EMPERRADA

A equipe econômica ainda mantém o discurso de que pretende votar a reforma após o fim da intervenção no Rio. Nos bastidores, no entanto, já se sabe que isso será difícil e que a tarefa possivelmente caberá ao próximo presidente da República, eleito em outubro. Para amenizar o adiamento da reforma, o governo elencou uma lista de 15 pautas prioritárias no Congresso. Mesmo esses projetos, no entanto, estão com a tramitação emperrada.

esplanada**Leandro Mazzini**Com Equipe DF, SP e Nordeste
reportagem@colunaesplanada.com.br

RABELLO BALANÇA

O presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro (foto), está fritando no cargo. Ele é o nome do PSC para disputar o Planalto e se queimou com o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira – seu superior direto – após fazer críticas ao presidente Michel Temer. Foi na Marcha dos Prefeitos em Cuiabá, na quarta-feira. Rabello deu uma estocada em Temer: “Vamos desembolsar R\$ 90 bilhões (em investimentos) e R\$ 130 bilhões (ao Tesouro, referentes a empréstimos) para coisa nenhuma, essa é a verdade”. Foi muito aplaudido, mas ecoou em Brasília e no exterior.

No muro

A próximos, Rabello diz que pode desistir de concorrer (tem 1% das intenções de voto) e diz que tem o poder de escolher se continua presidente do BNDES ou disputa.

Nos ouvidos

Furiosos, assessores do Palácio fizeram o caso chegar aos ministros Moreira Franco e Dyogo Oliveira, que tratam de atração de investimentos para encontros em Nova York.

Fritura

Para o ministro do Planejamento, em conversa com palacianos, Rabello ‘extrapolou’ e ‘não tem mais escolha há meses’. Rabello tem até dia 7 de abril para se decidir se sai.



FERNANDO TRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL

A conferir

Membro da Executiva do DEM e presidente na Paraíba, o ex-senador Efraim Morais diz que a candidatura de Rodrigo Maia é “pra valer”: é “quadro ideal para unir o País”.

Fanfarrão

Filiado ao Patriotas, o ator pornô Alexandre Frota não apenas bebeu champanhe no STJ. Passou-se por repórter e entrevistou o advogado de Lula, Sepúlveda Pertence.





Em baixa

Dirigentes do MDB têm consultado interlocutores do mercado para sondar a aceitação ao nome do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, como eventual candidato do partido ao Planalto. A sondagem informal mostra o ministro em baixa na bolsa de apostas políticas. Meirelles é filiado ao PSD, hoje aliado do Governo.

Calma, doutor

Funcionários vizinhos ao gabinete 506 no anexo 4 da Câmara se assustaram na tarde da quarta com a gritaria ocorrida no gabinete do deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA). Era o próprio parlamentar que, aos berros se dirigia a assessores e funcionários da Casa.

Precedente

Jordy já protagonizou cenas semelhantes quando foi líder da legenda e presidente da CPI do Tráfico de Pessoas. Quando ocupava a liderança do PPS, servidores deixaram a repartição por conta da suposta grosseria do parlamentar.

Te cuida, Geraldo

Novo líder do PPS na Câmara, Alex Manente (foto) saiu de encontro com Rodrigo Maia propenso a trabalhar a bancada para apoiar sua candidatura. Em tese, o PPS está com Aleckmin.



Pressão por tabela

O ex-diretor Cássio Cabral Kelly, apadrinhado do líder do PTB, deputado Jovair Arantes, tem utilizado o Sindicato dos Servidores da SUSEP para pressionar a Diretoria do órgão visando impedir a investigação de denúncias com suspeita de que teria favorecido a empresa Capemisa.

Cadê?

A SUSEP recebeu denúncia de que o ex-diretor favoreceu a Capemisa. Curioso é que a empresa escapou da intervenção da Aclub Previdência mesmo tendo sido sua controladora por dois anos, período em que se questiona o paradeiro de R\$ 100 milhões.

Ôh de casa

Cássio Kelly foi exonerado sob suspeita de má-conduta e favorecimento, e pediu para ser lotado na área de liquidações. Outra curiosidade é que a maioria das envolvidas em liquidações contrataram escritórios de advocacia com sede nas cidades de Kelly (Niterói) e Jovair (Goiânia).

Silêncio

A assessoria da Susep não se pronunciou, e não indicou o contato de Kelly; e o deputado Jovair não retornou ligações.